



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de
Seguridade Social e Família

BOLETIM INFORMATIVO Nº 29

30 DE OUTUBRO DE 2019

INOVAÇÃO NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER

A CSSF recebeu o coordenador de Pesquisa do Laboratório de Química da Universidade Federal de Goiás, Doutor Nelson Antoniosi e a Doutora Melissa Avelina, Otorrinolaringologista e pediatra também da UFG. “Eles vieram apresentar uma pesquisa pioneira, desenvolvida naquela universidade, que permite em cinco horas saber se um paciente tem câncer ou não. Sabemos que o diagnóstico precoce pode salvar vidas”, disse o deputado Antonio Brito (PSD-BA) que preside a comissão.

Antoniosini explicou que o cerumenograma é um teste que pode diagnosticar, a partir da cera do ouvido, muitas doenças e não apenas o câncer. “Mas no ranking das que mais matam, o câncer figura em segundo lugar”. Uma pesquisa mostrou que em 2018, no Brasil, houve 225 mil mortes (IAR/ONU). Isso representa um custo estimado de R\$ 30 a 50 bilhões. “Chegamos à conclusão que teríamos que melhorar o diagnóstico, uma vez que ele é determinante para



a vida do paciente”.

“Na cera do ouvido encontramos glândulas sudoríparas, ceruminosas e sebáceas, material muito rico para pesquisa”. O equipamento que separa as substâncias voláteis da cera do ouvido é produzido no Japão e nos Estados Unidos, custa na ordem de R\$ 400 a 450 mil.

“Nesse modelo de diagnóstico inovador é possível saber também se após o tratamento o paciente está definitivamente livre do câncer”, explicou Antoniosi. Atualmente, os pesquisadores trabalham para discriminar os tipos de câncer e fazer análises com técnicas diferentes

para que surjam outros importantes marcadores. “Estamos buscando R\$ 10 milhões para podermos criar uma infraestrutura e dar continuidade aos trabalhos. Se tivermos no ano que vem cada parlamentar comprometido com emendas de R\$ 100 mil reais para esse trabalho, já conseguiremos instalar 150 equipamentos no Brasil, o que vai permitir algo em torno de 520 mil diagnósticos só no primeiro ano”.

Dra. Melissa defendeu a valorização do pesquisador brasileiro. “Precisamos de investimentos para avançar. Um diagnóstico fácil e rápido muda a história do câncer”.

ACESSO ÀS MAMOGRAFIAS DE RASTREAMENTO

“Eu tenho acompanhado esse acesso desde 2008 quando foi instituída a Lei 11.684 que garante o exame a todas as mulheres a partir dos 40 anos. Porém, portarias alteraram a Lei e houve queda no acesso ao exame”, justificou a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) no início da audiência pública que tratou do tema.

Tiago Lobo, representante do Observatório de Oncologia do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, mostrou dados sobre mamografias no Brasil. “Mulheres entre 50 e 69 anos representam 19% da população brasileira e 75% delas dependem do SUS. Existem 5.849 mamógrafos em uso no País e desses, 46% estão disponíveis no SUS. Dos equipamentos disponíveis para o SUS, 66% não são computadorizados. No Brasil, por ano, são mais de 59 mil casos novos de câncer de mama”.

Jaqueline Misael, representante do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, informou que o órgão publicou duas portarias: o Diagnóstico Precoce Mamário e o Programa de Mamografia Móvel. “A mamografia saiu do financiamento FAEC, onde os gestores realizavam os procedimentos e o Ministério pagava a parte, e agora há mais responsabilização de recursos por parte dos gestores. Nesse modelo eles ficam com mais liberdade para investir onde avuliam ser mais necessário”.

Ana Lúcia Oliveira, representante do Colégio Brasileiro de radiologia e Diagnóstico por Imagem, alertou para que as técnicas em radiografia mamária devem ser muito bem treinadas. “Caso contrário, perderemos a oportunidade de diagnosticar tumores. Por isso trabalhamos no controle de qualidade dessas radiografias: técnica,



ca, posicionamento e laudo”.

Leonardo Vilela, representante do Conass, disse que existe um grande número de mamógrafos, mas, há problemas com os equipamentos, sem utilidade, sem técnicos e não computadorizados. “É fundamental melhorar o quadro e o acesso, através de uma atenção primária forte, com encaminhamento correto, sem fila de espera para o exame. É preciso rever a distribuição das máquinas nos estados. O grande desafio permanece o financiamento da saúde”.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO

A CSSf em conjunto com a CTASP organizou debate sobre o tema, na última quinta (24). A deputada Liziane Bayer (PSB-RS) presidiu os trabalhos. “Temos responsabilidade com a pauta da família e da criança e com a necessidade de um lar para os que não têm”.

Richard Kim, juiz do Conselho Nacional de Justiça, lembrou que estar na família de origem é sempre a prioridade. “Hoje, no Cadastro Nacional de Adoção existem 42.496 mil famílias disponíveis. Apenas 2.065 aceitam crianças acima de oito anos. Contudo, 85% das aptas para a adoção são maiores. São mais de 38 mil crianças hoje em abrigos”. Ele falou também do novo Sistema Nacional de Adoção, lançado no último dia 12, para onde todos os dados migraram.

Andrea Porto, da Sessão de Adoção da Vara da Infância e Juventude do TJDF, maior desafio hoje é a diferença entre o perfil das crianças para adoção e a expectativa das famílias que querem adotar. Ela defendeu o novo Sistema de Adoção uma vez que vai alocar as crianças com mais agilidade.



Foto: Cláudio Araújo

Mário-Zam Rosa, representante do desembargador Romão de Oliveira que é presidente do TJDF, disse que o órgão está centrado na proteção da criança e do adolescente.

Hugo Teles, representante da ONG Aconchego, falou do trabalho que a instituição desenvolve com as famílias pretendentes enquanto elas aguardam na fila de adoção. “Celebramos o novo Sistema, pois há mecanismo de alerta, os pais postulantes podem acompanhar sua posição para adotar, com números atualizados. Lutamos por mais varas de infância e juventude nos municípios com mais de 100 mil habitantes, com infraestrutura e equipe técnica”.

Volta do Sarampo e as ações do governo



Foto: Cláudio Araújo

O deputado Jorge Solla (PT-BA) é autor do requerimento de audiência pública para debater as ações do Ministério da Saúde para combater o ressurgimento de Sarampo no Brasil. Dados do Ministério da Saúde indicaram que, nos últimos 90 dias foram confirmados 6.192 casos.

Gulnar Silva, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, disse que em 2016 a OMS nos certificou como país livre da doença. “Em 2018 houve surtos em Roraima e no Amazonas. Houve queda na cobertura, mas, a única forma de prevenção é a vacina. Precisamos apostar nela”.

Wanderson Oliveira, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, disse que recebeu o Programa Nacional de Imunização sem estoques estratégicos de vacinas. “Não tem como ter produção de vacinas sem um ano e meio, no mínimo, de previsibilidade. Então, se não tivermos uma produção de imunobiológicos para, pelo menos, cinco anos, vamos continuar patinando”.

Cláudio Maierovitch, pesquisador do Laboratório de Referência em Vírus Respiratórios, lembrou que o sarampo era uma doença comum na infância. “Hoje temos um número muito expressivo de morte por sarampo no mundo. Precisamos fazer o dever de casa e fortalecer a atenção primária em saúde”.

Lely Guzman, representante da Organização Pan-Americana de Saúde, disse que há um compromisso para apoiar o fornecimento de vacinas ao Brasil. “Devemos lembrar que os surtos de sarampo estão acontecendo no mundo inteiro, não somente nas Américas”.

DOENÇA FALSIFORME NA PAUTA

Requerimento da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) possibilitou a discussão sobre a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falsiforme.

Silma de Melo, da coordenação geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, contou que em 2005 foi instituída no âmbito do SUS as diretrizes para a Política Nacional de Atenção aos doentes. “Existem parâmetros de assistência nos hemocentros: consultas com diversos médicos especialistas, vacinação, aconselha-

mento genético, transfusões e exames específicos. Temos um cadastro nacional com mais de 28 mil pessoas registradas”. Silma falou também sobre os transplantes realizados no País.

Elvis Magalhães, representante da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falsiforme, falou da importância do teste do pezinho em recém-nascidos e dos transplantes de medula óssea. “A história da doença falsiforme tem mudado com os novos medicamentos. Hoje temos muitas associações dedicadas a melhorar no atendimento e médicos especialistas também dedicados. Não vamos abrir mão da Coordenação Geral que toma conta da gente. E vamos brigar por mais recursos. Não somos portadores de uma doença rara. Somos na maioria negros, portadores de uma doença por muitos anos discriminada”. Ele alertou sobre a falta de verbas para pesquisas no Brasil.



Foto: Cláudio Araújo

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br